Sem acordo

Câmara diz que vai pagar supersalários a servidores; Senado, não

A Câmara e o Senado não chegaram a um acordo na quarta (19) sobre como cumprir a decisão provisória do Supremo Tribunal Federal que determinou a retomada do pagamento dos chamados "supersalários".

» A Câmara decidiu que vai depositar já em fevereiro os valores que extrapolam o teto constitucional, hoje em R$ 29,4 mil

O Senado, no entanto, informou que recorrerá da decisão liminar - e que vai depositar os valores em juízo. Ou seja, eles só poderão ser sacados após sentença definitiva do Supremo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), classificou como "absurda" a liminar expedida pelo ministro Marco Aurélio Mello que acatou o pedido do Sindicato do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) e determinou o retorno do pagamento dos salários superiores ao teto do funcionalismo.

A Mesa Diretora do Senado anunciou que entrará com o recurso. Quem recebe acima do teto terá R$ 29,4 mil depositados na conta e o valor que extrapola esse teto será depositado em juízo.

Tudo em folha. Em decisão mais favorável aos servidores, o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), avisou que pagará o valor integral - tanto os R$ 29,4 mil como o que passar disso - já na folha de pagamento desse mês.

A partir da notificação, ambas as Casas decidiram dar um prazo de cinco dias para que os servidores cujos supersalários foram cortados apresentem defesa. Em seguida, um documento será elaborado e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que o tribunal então comunique o Poder Judiciário.

Alves pretende pedir ao ministro Marco Aurélio rapidez na apreciação do mérito da ação. O receio do presidente da Câmara é que a Casa volte a pagar os salários acima do teto sem perspectiva de ver o assunto resolvido pelo tribunal.

Na sua decisão, Marco Aurélio Mello alega que os servidores atingidos pelo corte salarial deveriam ter sido ouvidos antes de efetuada a redução nos pagamentos. (AE)

©Divulgação

Medida Provisória 627

Líder do PMDB propõe fim da taxa no exame da OAB

O líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), propôs na quarta (19) o fim da taxa de inscrição do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A proposta consta do parecer apresentado esta tarde por Cunha da Medida Provisória 627, conhecida como MP das Coligadas, e foi revelada na sexta (14), pelo Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

A sugestão do peemedebista, que vai ainda terá de passar por votação na comissão da MP e nos plenários da Câmara e do Senado, ocorre dois meses após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter iniciado o julgamento de uma ação, apresentada pela OAB, que pede o fim das doações eleitorais feitas por empresas a partidos e candidatos.

» Quatro ministros votaram a favor do pedido da ordem, mas a sessão foi suspensa

Eduardo Cunha, que já tentou extinguir a própria OAB, é um dos que se queixaram publicamente da posição da entidade no caso. (AE)

Investigação das denúncias

Alckmin fala em punição 'exemplar' no caso Alstom

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse na quarta (19) que é favorável à investigação das denúncias contra os 11 acusados de integrar um esquema de corrupção da multinacional francesa Alstom. "Se ficar comprovada qualquer irregularidade, (deve haver) punição exemplar", disse, acrescentando que "nenhum deles hoje pertence ao governo nem tem nenhuma relação com ele".

A denúncia do Ministério Público Federal foi aceita na terça (18) pela Justiça Federal em São Paulo e envolve ex-dirigentes de estatais de energia do governo.

» O pagamento de propinas pela Alstom teria ocorrido entre 1998 e 2003, governos Mário Covas e Geraldo Alckmin

Na época de Alckmin, as estatais já haviam sido privatizadas. O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Robson Marinho é investigado em inquérito que está sob a guarda do Superior Tribunal de Justiça e ainda não foi denunciado. (AE)

©Divulgação

Gilberto Natalini

"Hábitos diários responsáveis fazem a diferença - IV

Dentro da sequência de colunas sobre atitudes simples em favor do planeta, abordo o que podemos fazer nos condomínios. Começo com implantar a coleta seletiva, incluindo o óleo de fritura em bombonas na garagem (algumas firmas e ONGs oferecem produtos de limpeza como contrapartida). Para poupar energia: instalar sensores de presença no estacionamento permite que só quando há gente a luz acenda; usar lâmpadas fluorescentes ou de led; ter elevadores inteligentes (só o mais próximo se desloca) - é caro, mas pode-se desligar um deles a noite, quando o movimento cai ou ter quadros de posição nos andares, de modo que só se chame o mais próximo. Vários edifícios têm partido para aquecimento solar central como em BH. Para economizar água: medição individualizada desestimulando os "gastões" com um rateio mais justo; não se lavar calçadas (lancei o PL 737/2013 vedando essa prática antiecológica); cobrir a piscina; suprimir laguinhos (acaba ainda o risco ao lavar); pesquisar vazamentos (veja como no sítio Sabesp); padronizar vasos com caixa acoplada. No verde: plantar mudas de árvores no jardim (frutíferas, beneficiando os pássaros) e na calçada é fundamental; implantar telhado e parede verde e composteira coletiva. Condomínio Verde! Ecologia com economia! Ganha o ambiente e cai a conta mensal!

Abraços, Gilberto Natalini médico e vereador (PV/SP)